

# TRÁFICO DE PESSOAS

MARIA SÍLVIA OLIVEIRA

Red Kawsay, Argentina

*É um problema praticamente invisível, como se não existisse. Algumas pessoas continuam com a velha ideia tradicional que o mundo dos criminosos é algo marginal, “pequeno”. A proporção e a seriedade são desconhecidas, pois quase ninguém fala sobre isso. Mas é uma Grande Causa em torno do problema, não tão pequeno assim...*

Ainda se fala sobre tráfico ou escravidão de mulheres brancas. Um conceito obsoleto, porque há muitos anos falamos de tráfico de pessoas - as vítimas não são apenas as mulheres brancas, mas mulheres e homens de todas as raças e idades. Hoje falamos sobre tráfico de pessoas, crime e violação graves dos direitos humanos, pois inclui oferta, recrutamento, transferência, alojamento e acolhimento de pessoas para exploração. Assume formas distintas: exploração sexual, trabalho, retirada e comércio ilegal de órgãos, casamento servil, recrutamento forçado para conflito armado, mendicância, “barriga de aluguel” e outros crimes.

O tráfico de pessoas afeta todos nós, pois podemos ser a próxima vítima. Precisamos tomar consciência com urgência. Não devemos ficar indiferentes a essa realidade. As pessoas afetadas perdem a sua liberdade, não exercem seus direitos, vivem em condições indignas e desumanas e sob ameaças constantes.

Há várias causas: ausência de políticas públicas, leis de imigração que não garantem e nem têm cuidado com a vida, e situações de ilegalidade exploradas por criminosos. Por isso dizemos que é problema social, econômico e político.

O número de vítimas no mundo é estimado em milhões de pessoas. O dinheiro que impulsiona essa tragédia é incalculável. As estatísticas o colocam entre os três crimes mais lucrativos, ao lado de armas e tráfico de drogas. Paradoxalmente, o número de pessoas condenadas por esse crime é insignificante em todo o mundo.

Nos últimos anos, as congregações religiosas presentes na América Latina consideraram-no prioridade, organizaram-se em redes regionais e trabalharam intensamente, ao lado de outras organizações da sociedade civil. Promovem campanhas de conscientização e sensibilização,

porque o que está em jogo nesse negligenciado drama é a Grande Causa da Vida e da Dignidade. No último Seminário Continental sobre Tráfico de Pessoas, em Bogotá, em agosto de 2017, essas redes declararam:

- Queremos denunciar o aumento do crime de tráfico de seres humanos em nosso Continente. Crime presente em todos os países, afeta milhares de pessoas, particularmente mulheres, meninas e meninos, violação flagrante dos direitos humanos fundamentais.

- Condenamos veementemente não apenas o crime de tráfico, mas suas múltiplas causas - econômicas, políticas, culturais e sociais.

- Exigimos que os governos assumam a responsabilidade de tornar esse crime visível, respeitem e executem os acordos, dediquem recursos humanos, econômicos e estruturais à atenção integral das vítimas e implementem leis que previnam e punam qualquer ação que tratem pessoas como objeto/ mercadoria, forma moderna e abominável de escravidão. Pedimos atenção especial às populações vulneráveis, às fronteiras e aos crescentes movimentos migratórios. É essencial e urgente a criação de formas que permitam uma atenção efetiva e imediata às vítimas.

Estas são as principais redes contra o tráfico de pessoas. Entre em contato e ofereça-se para colaborar: Red Tamar, Colômbia, [redtamarjpic@gmail.com](mailto:redtamarjpic@gmail.com) Rede Grito pela Vida, Brasil, [gritopelavida@gmail.com](mailto:gritopelavida@gmail.com) [Gritopelavida.blogspot.com.br/](http://Gritopelavida.blogspot.com.br/) FB: [redeumgritopelavida](https://www.facebook.com/redeumgritopelavida)

Red Ramá, Centroamérica, [jpeconfres@yahoo.es](mailto:jpeconfres@yahoo.es)

Facebook: [redrama.org/](https://www.facebook.com/redrama.org/) Web: [redrama.org](https://www.redrama.org)

Red Kawsay, Peru, [redtrata.peru@gmail.com](mailto:redtrata.peru@gmail.com)

Red Kawsay, Argentina, [redkawsayargentina@gmail.com](mailto:redkawsayargentina@gmail.com) / Facebook: Red Kawsay Argentina-Uruguay

Red Rahamim, México,

[redrahamim@cirm.org.mx](mailto:redrahamim@cirm.org.mx)



# ÁGUA, URGÊNCIA INADIÁVEL

**JOEL GONZÁLEZ VEGAS**

*Ativista socioambiental, Limache, Chile*

Durante os últimos verões, os habitantes que moram nas regiões altas, na redondeza de Olmue, pacífica cidadezinha da zona central do Chile, tiveram que conviver com a falta de água potável e a distribuição em caminhões pipas. Longe de ser uma exceção, tornou-se uma situação cada vez mais frequente, sobretudo em localidades nas quais o Estado privilegia um modelo de desenvolvimento baseado na superexploração dos bens naturais limitados, sem considerar os possíveis impactos da mudança climática.

A água, além de ser um “recurso” que se utiliza para os processos produtivos, é um bem estratégico, essencial na hora de prever a sobrevivência. Hoje em dia, uma em cada dez pessoas no mundo não tem acesso à água potável. Segundo projeções do Fórum Econômico Mundial, estima-se que em 2030 haverá um aumento de demanda de 40%, que não poderá ser satisfeito. Cerca de 1400 crianças morrem a cada dia em consequência de doenças derivadas da falta de saneamento, e mais ou menos 770 milhões de pessoas não têm acesso à água, vivendo, em sua grande maioria, em situação de pobreza, em bairros de periferia ou zonas rurais.

A água potável é até hoje a principal fonte de abastecimento para satisfazer as múltiplas necessidades, sendo que essa água é somente 2,5% do total da água disponível no planeta. Em sua maior quantidade está congelada nos polos e geleiras, ou circulando em sulcos subterrâneos, rios ou lagos. É de domínio comum, e fica fora de discussão, que a disponibilidade do acesso à água destinada à população está controlada pelos interesses produtivos do extrativismo, da megamineração, da produção energética e da agroindústria. Sem dúvida, a legislação de diversos países em vias de desenvolvimento, que sacralizam os lucros macroeconômicos acima da justiça ambiental e da equidade social, inverteu as prioridades, aprovando decisões legislativas que dão amplas garantias às grandes empresas, sem considerar as exigências futuras como eixo estratégico na construção de políticas públicas, HOJE inadiáveis.

As realidades são várias. Sem pretender ser alarmista, estão todas em um contexto na urgência de resguardar a água como bem indispensável, e possuem uma carga de dramaticidade: comunidades que se deslocam quilômetros para encontrar uma fonte de água, e voltam com um par de latas vazias, e as que devem abastecer-se de água nos caminhões, que não garantem inocuidade e potabilidade. Moradores cuja relação com a água tem um vínculo de clientela cujo pagamento deixa evidente o caráter privatizador que, em muitos países do mundo, rege a sua administração; ou aldeias que tiveram violentado o direito à vida pela empresa que disputa o uso da água para fazer os projetos render mais, e ainda quem, estranho à problemática, esbanja de forma surrealista, gozando privilégios em tempos de escassez.

Quando a ONU resolve reconhecer que o acesso à água é direito humano inalienável, ressalta que não pode existir interesse empresarial ou político, nem leis ou normas, que priorizem o mercado como filtro regulador de acesso a um bem sem o qual a vida no planeta é inviável. Nessa resolução, a ONU chama os “Estados e organizações internacionais a prover recursos financeiros, construção de capacitação e transferência tecnológica, através de assistência e cooperação internacional”. Sem dúvida, a declaração pode ter diversos matizes, de acordo com a permeabilidade política dos governos, a solidez das instituições, a vulnerabilidade das políticas públicas, frente às pressões crescentes dos “tratados de livre comércio”, que, em sua grande maioria, são o salvo-conduto para transnacionais, que continuam com práticas de usurpação intensiva.

No meu país, o Chile, cerca de 417 mil pessoas sofrem diretamente com a falta de água, num Estado que se gaba de cifras macroeconômicas e do posicionamento no cenário internacional, como país em via de desenvolvimento. Mas decidiu, a partir das elites governantes, ter um modelo de gestão e administração das águas que privilegia o mercado e a propriedade privada acima de um elemento vital e indispensável à subsistência. 